

ESTUDO DA REAPROXIMAÇÃO CUBA-ESTADOS UNIDOS (2015-2017): UMA APLICAÇÃO DO CONCEITO GRAMSCIANO DE REVOLUÇÃO PASSIVA

Vanusa Cristina de Oliveira¹

APRESENTAÇÃO

O tema desse artigo é o recente processo de reaproximação diplomática Cuba-Estados Unidos (2015-presente). O objetivo é testar a hipótese de que o processo em questão seja um fenômeno de revolução passiva, tal como definido por Antonio Gramsci em seus Cadernos do Cárcere (2001, pp 957-962). Esta análise testará, metodologicamente, a aplicação do conceito gramsciano de revolução passiva ao processo em curso, acompanhado pelas fontes primárias levantadas. Como já adiantado, o conceito gramsciano de revolução passiva diz respeito às acomodações, adaptações e reformas “pelo alto” empreendidas por grupos sociais dirigentes com o objetivo de atender parcialmente a demandas populares, ao mesmo tempo em que afasta as massas populares e seus representantes de qualquer participação efetiva nas decisões de Estado e sem colocar em risco, portanto, sua própria manutenção como grupos dirigentes. Partimos do fato de que, desde o fim da União Soviética, ocorrido no início da década de 1990, o grupo político dirigente de Cuba promove uma reestruturação econômica com vistas a preservar o comando do país por meio da administração centralizada das dificuldades materiais da sociedade cubana (Moniz Bandeira, 2009, pp 13-16). O caminho proposto aqui será dividido em duas etapas: a primeira refere-se aos materiais empíricos (bibliográficos, notícias midiáticas) para embasamento do conceito analítico, bem como para a demonstração dos resultados já alcançados. No conjunto das obras consultadas encontram-se os Cadernos do Cárcere 19, sobre o Risorgimento italiano (Gramsci, 2001, pp.1957-2078), 22, sobre Americanismo e Fordismo (Gramsci, 2001, pp.2139-2181), 13, sobre Maquiavel, o Estado e a política (Gramsci, 2001, pp.1555-1652), bem como importantes comentadores sobre o conceito de revolução passiva, como Franco de Felice (1978) e sobre a Revolução Cubana, como Florestan Fernandes (2007), Moniz Bandeira (2009), e Luis Fernando Ayerbe (2004). Em seguida iremos analisar um conjunto de notícias sobre o processo de reaproximação, publicadas pela grande imprensa nacional e internacional, bem como pelo órgão de imprensa oficial do Estado Cubano, o periódico *Granma*, ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Por fim, a análise do material empírico será articulada com a premissa teórica (o conceito de revolução passiva), de modo a examinar a plausibilidade da definição gramsciana de revolução passiva para o objeto supracitado.

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO PASSIVA

Considerado um dos principais textos para se compreender o desenvolvimento do conceito de revolução passiva por Antonio Gramsci, *Il Risorgimento Italiano* (Gramsci, 2001, pp.1957-2078) expressa a

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Marília. E-mail: vanusapreciosa@hotmail.com. Orientador: Prof. Dr. Leandro Galastri. E-mail: leandrogalastri@gmail.com.

análise do autor sobre o contexto político-econômico vivido na Itália durante processo de sua unificação. Ao fim da Revolução de 1848, ou Primavera dos Povos, iniciou-se uma nova época de Revoluções Burguesas. Nesse sentido, a ascensão da burguesia italiana ao poder do Estado não passou pela fase revolucionária no sentido jacobino, isto é, não foi necessário travar grandes lutas econômicas e políticas como ocorreu em outros países que passaram por revoluções burguesas, como Inglaterra, França e Estados Unidos. Na Itália ocorreu um processo de moldagem da ordem, ou “transformismo”, tal como denominado por Gramsci em sua análise da revolução passiva italiana.

Gramsci define como “revolução passiva”, em termos gerais, aqueles processos de adaptação, reconfiguração e reacomodação interna das classes sociais dirigentes com vistas a permanecer no comando do Estado, atendendo a algumas reivindicações das massas populares, ao mesmo tempo em que as afasta da participação ativa nas decisões de Estado (Gramsci, 2001, pp. 957, 962). Foi sob contexto histórico da emergência do fascismo na Itália que Gramsci extraiu o conceito de Revolução Passiva nos escritos da obra de Vincenzo Cuoco (1770), *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana*, de 1801, onde este utiliza o conceito de revolução passiva ao fazer referência à revolução napolitana de 1799. Ou seja, Cuoco utilizou a categoria para analisar o processo revolucionário em Nápoles, província Italiana. Gramsci, por sua vez, segue o referencial de Cuoco atribuindo um novo sentido ao conceito e o utiliza em suas reflexões para a Itália como um todo, sobretudo a formação do Estado burguês, tal como se pode ver no seguinte excerto:

todos sabem igualmente que a história do risorgimento não se estuda apenas com os documentos italianos, e como fato somente italiano, mas no quadro da vida europeia: trata-se de correntes da cultura, de transformações econômicas, de situações internacionais novas, que induzem os italianos a novas ideias, a novas atividades, a novo ordenamento político (Gramsci, 2002, p.350)

No §17, do Caderno 13, pode-se inferir que o conceito de Revolução Passiva ainda deve ser compreendido a partir de duas premissas fundamentais, "1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista" e que "2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc." (Gramsci, 2002, p. 36). Nesse sentido, Gramsci afirma que o *risorgimento* italiano não é produto das classes subalternas, sustentando que tal movimento não foi guiado pelo povo, nem ideológica, nem economicamente, mas sim por uma minoria mais preocupada com interesses econômicos do que formular ideias, de modo a impedir que o povo interviesse na luta e a transformasse em luta social. A partir disso, o autor ainda aponta que a apropriação do Estado burguês pelo Bloco Histórico (ou seja, uma ordem social em que a classe dominante na esfera econômica detém o domínio da sociedade política e civil) sem que ocorra algum processo revolucionário significa que a classe hegemônica modificou seu horizonte combativo para uma esfera ideológica conservadora, tomando uma posição passiva.

Outro momento em que Gramsci desenvolve seu conceito analítico é na formulação de seu texto *Americanismo e Fordismo - Caderno 22* – (Gramsci, 2001, pp.2139-2181), ponderando que a cultura americanista atrelada ao modo de acumulação fordista, impunham padrões estéticos-culturais aos trabalhadores locais e tinha por objetivo a universalização dos mesmos padrões. Ao longo desse texto, o autor marxista, formula 6 principais aspectos contextuais para sustentar sua hipótese, aludida anteriormente, sendo eles: 1) manutenção de uma camada de latifundiários no sul italiano simultaneamente ao desenvolvimento industrial no norte 2) criação de uma personalidade feminina voltada para a produção fordista, de modo a coibi-las à maior produção. Ford usou de mecanismos como menores salários e ideologia puritana; 3) análise do processo de adesão capitalista do território, quer dizer, os Estados Unidos não possuíam camada de

latifundiários atrasados e que "o capitalismo foi naturalmente disseminado nos limites americanos"; 4) o método de altos salários, também foi utilizado por Ford de modo a estimular a concorrência entre funcionários através de maior desempenho, mantê-los satisfeitos e sentindo-se coadjuvantes do progresso na empresa; introduzir aos funcionários o pensamento de o modelo de produção fordista era o mais racional, justo e benéfico; 5) aparato jurídico para manter a disciplina dos funcionários, tais como "Lei Seca" e "Puritanismo"; 6) Disseminação da ideologia burguesa nas perspectivas do Rotary Club.

A conclusão desenvolvida por Gramsci foi de que a revolução passiva nos Estados Unidos deu-se através do padrão de vida cultural e político inaugurados no chão de fábrica por Henry Ford e pelos princípios da administração científica de Taylor. Esse enquadramento consistia na técnica ideológica de produção, isto é, o trabalhador sentir-se motivado a produzir cada vez mais através de desigualdade salarial, sob medo de perder seu emprego. Outro aspecto analisado é de como a ideologia puritana, ou seja, o proibicionismo do uso de álcool e o regramento obrigatório da vida sexual foram utilizados para condicionar o funcionário a viver em um círculo estável, num relacionamento monogâmico, de modo a não "perder" tempo nem energia com vadiagens. O mesmo valendo-se para a mulher, que conforma-se com sua posição desigual, em detrimento de um homem provedor e sustentados por princípios morais. Para isto, o aparato jurídico foi ativado de modo a promover a repressão do operário, leis como "Lei Seca" foram criadas para deslocar o consumo desses trabalhadores e normatizá-los à uma rotina de trabalho. Pode-se avaliar as referidas colocações no trecho a seguir:

[...] foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda político e ideológica) e conseguindo centrar a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. (Gramsci, 2001, p. 247)

Pode-se encontrar outra interpretação pertinente para o conceito em questão, no texto *Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci, 1978* de Franco de Felice, onde o historiador analisa a marcha fascista que estendia-se pela Itália enquanto um fenômeno de revolução passiva. Baseou-se na definição proposta por Gramsci, ou seja, do fascismo enquanto processo de modernização do Estado através de uma série de reformas e de guerras nacionais, sem passar por uma revolução política de tipo radical-jacobino. A partir disso, Felice identifica no totalitarismo dois aspectos comuns para o caso: transformismo (molecular ou de grupos inteiros) e "escassa e não-orgânica consciência histórica de si e do adversário da força antagonista (antítese)" (De Felice, 1978, p.121-122).

Neste sentido, o historiador harmonizou o encadeamento de revolução passiva com o processo de "guerra de posições", conceito gramsciano que determina as formas do choque de classe, seja para a burguesia, seja para o proletariado. Em outras palavras, é a teoria elaborada por Gramsci no que diz respeito aos entraves políticos, econômicos e sociais em determinados contextos históricos, afim de se consolidar uma hegemonia/ soberania / domínio de um grupo dominante em detrimento de uma massa subalterna. Foi observado por De Felice que o fascismo na Itália permeou um movimento de tática dos acordos e dos compromissos, sob o propósito de realizar uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num só organismo político, isto é, centralizar o poder político de modo a garantir interesses exclusivamente burgueses, seja dos latifundiários ou dos industriais.

Em suma, Franco De Felice, a partir das reflexões de Antonio Gramsci, entende que mesmo em diferentes contextos históricos, desde que apresentem semelhantes relações de força entre as classes, pode-

se iniciar um processo de revolução passiva. A partir disto, conclui que a possibilidade de desenvolvimento da formação social capitalista, na Itália fascista, aparece como resposta à crise econômica e portanto, a revolução passiva poderia identificar não só o processo de transformação das formas de dominação e da organização da produção, mas também, a gestão política deste processo (De Felice, 1978, p.242).

REVOLUÇÃO CUBANA EM BREVES TRAÇOS

Antes de apresentar análises empíricas a respeito do processo de reaproximação diplomática entre Cuba-Estados Unidos a fim de classificá-la, metodologicamente, enquanto um movimento histórico de revolução passiva, reconstituiremos a história da Revolução Cubana sob óptica do sociólogo Florestan Fernandes, indicaremos determinações econômicas sob a perspectiva do cientista político Moniz Bandeira, e por fim, uma concepção sócio-histórica proposta pelo historiador Luis Fernando Ayerbe.

No capítulo 3 do livro *Da Guerrilha ao Socialismo* (Fernandes, 2007), Florestan Fernandes discute sobre *Economia e Sociedade sob o socialismo* para o processo pós revolucionário em Cuba, apontando inicialmente três eixos de discussão: 1) condições e efeitos do planejamento; 2) transformações da economia; 3) nova sociedade e novo homem.

O sociólogo inicia apontando questões que fizeram-se necessárias em Cuba, sobretudo pós revolucionária, ou seja, de como os líderes da revolução implementaram no país a proposta de um regime político socialista de modo que alcançasse um planejamento social, ao mesmo passo que garantisse sua permanência no governo cubano. Neste sentido, o planejamento social proposto e executado por Fídel, Raul e Che Guevara consistia sinteticamente em todo um sistema de instituições, valores, normas, atitudes e comportamentos, uma vez que já havia a compreensão de que o planejamento seria fundamental para diferenciar e aumentar a produção, expandir o mercado interno, redistribuir a riqueza e o poder da forma mais democrática, além de combater o desemprego, o subemprego e a pobreza.

Para isto, Fidel Castro estabeleceu de maneira direta uma relação pedagógica-democrática da vanguarda revolucionária com as massas, tarefa relativamente simples, uma vez que a revolução cumpriu o papel de ser uma "revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes". Partindo disto, Cuba necessitava inicialmente de uma reforma agrária, e a vanguarda revolucionária tinha diante de si uma nação combativa, empenhada em sua revolução, e, ao encetar a etapa de nacionalização e estatização das grandes empresas e bancos, o governo contava com apoio interno para expandir o setor público em detrimento do privado e converter o Estado na alavanca da revolução, consolidando uma estreita relação com as massas como um todo.

No capítulo 2 intitulado *Cuba e Estados Unidos: de Monroe a Reagan*, do livro *A Revolução Cubana*, de Luis Fernando Ayerbe (2004), o autor faz uma análise das relações político econômicas em âmbito internacional que envolveram Cuba e Estados Unidos, direta ou indiretamente. O texto inicia-se pontuando a Doutrina Monroe, enquanto política externa protecionista. Isto porque os Estados Unidos temiam a independência política dos demais países, sobretudo os latino americanos, onde a ampliação soviética encontraria terreno favorável nas fragilidades do desenvolvimento da região, especialmente as que decorrem de desigualdades sociais.

Cuba, portanto, aproximou-se da União Soviética que passou a comprar açúcar cubano a preços privilegiados e fornecer petróleo abaixo do custo. Foi desenvolvido um "Departamento da Industrialização" para atender as demandas econômicas advindas da reforma agrária, bem como administrar

as diversas indústrias que haviam sofrido a intervenção estatal (Pericás, 2004, p.49). Todavia, após o fim da ajuda pela União Soviética e um período de fortes dificuldades, a economia cubana voltou a crescer, chegando a um índice sustentável de 12% em 2006, (Moniz Bandeira, 2009, p. 13). Em 2007, na 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas, Cuba avançou um pouco mais em direção ao rompimento de seu isolamento internacional, obtendo a aprovação com mais de 90% dos votos, incluindo a União Europeia e estados-membros, de um projeto de resolução que condenava o embargo econômico promovido pelos Estados Unidos (Moniz Bandeira, 2009, p. 13).

Outro aspecto importante que foi levantado por Luis Fernando Ayerbe, decorrem das políticas externas promovidas pelos Estados Unidos pós 2ª Guerra Mundial, para promoção de princípios humanos de convívio considerados universais, ou seja, a democracia liberal e a economia de mercado. Tais políticas consistiam em dividir o hemisfério ocidental para conseguir melhor posicionamento a respeito. Cuba foi classificada em "países em transição", isto é, onde a democracia política e a liberdade econômica despontavam como tendências inquestionáveis. Neste caso, os Estados Unidos promoveram um concílio em Miami com a criação da Emenda Torricelli que ampliou o isolamento ao país cubano, em outras palavras, os Estados Unidos proibiram as transações econômicas com subsídios estrangeiros. Com isto, o embargo econômico foi resultado de uma ampla oposição ao regime de Fidel Castro, através de uma série de boicotes concretizadas por bloqueio naval e o isolamento da Ilha em relação a toda ajuda que pudesse vir de países capitalistas (Ayerbe, 2004, p.49-50).

O PROCESSO DE REAPROXIMAÇÃO DIPLOMÁTICA CUBA-ESTADOS UNIDOS

A partir dos apontamentos, analisaremos materiais empíricos de modo a testar, metodologicamente, a aplicação do conceito de revolução passiva ao processo em curso, com notícias nacionais cubanas e também em âmbito internacional.

Uma carta publicada pelo jornal oficial cubano *Granma* no dia 1 de julho de 2015, Raúl Castro confirma que a República de Cuba decidira restabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos da América, segue-se o texto:

Havana, 1º de julho de 2015, sr. Barack H. Obama

Presidente dos Estados Unidos da América

Senhor presidente:

EM consonância com os anúncios de 17 de dezembro de 2014 e as conversações de alto nível entre nossos governos, satisfaz-me comunicar-me com o senhor para confirmar que a República de Cuba decidiu restabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos da América e abrir missões diplomáticas permanentes em nossos respectivos países, em 20 de julho de 2015. A parte cubana assume esta decisão, animada pela intenção recíproca de desenvolver relações respeitadas e de cooperação entre nossos povos e governos. Cuba se inspira, da mesma forma, nos princípios e propósitos consagrados na Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional, a saber, a igualdade soberana, a solução das controvérsias por meios pacíficos, abster-se de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, a não intervenção nos assuntos que são da jurisdição interna dos Estados, o fomento de relações de amizade entre as nações baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e a livre determinação dos povos e a cooperação na solução de problemas internacionais e no desenvolvimento e estímulo do respeito aos direitos humanos e às liberdades

fundamentais de todos. O anteriormente expresso está em conformidade com o espírito e as normas estabelecidas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961 e na Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 24 de abril de 1963, das quais tanto a República de Cuba como os Estados Unidos da América são Estados assinantes e regerão as relações diplomáticas e consulares entre a República de Cuba e os Estados Unidos da América. Aproveito a ocasião para lhe expressar, senhor presidente, o testemunho de nossa consideração. Raúl Castro Ruz (CARTA..., 2015).

Após a publicação e pronunciamento da decisão ao povo cubano, em 8 de dezembro foi celebrada na capital cubana uma reunião informativa entre representantes dos governos de Cuba e dos Estados Unidos sobre o tema das compensações mútuas. As delegações intercambiaram informação sobre as compensações pendentes de solução entre ambos os Estados. A delegação de Cuba expôs as bases das reclamações, particularmente as demandas do povo cubano ao governo dos Estados Unidos por danos humanos e econômicos, reconhecidas pelos tribunais do país. Em entrevista cedida à um documentário intitulado *"Ilhados: Cuba e EUA, do bloqueio à Reaproximação"*, Ernesto López, Historiador comenta

Para todo mundo em Cuba, salvo para aqueles que estavam envolvidos diretamente com as negociações sigilosas, isso foi uma absoluta surpresa. Pode ser que encontres alguém dizendo que 'sim, se via que isso ia acontecer' essa pessoa está mentindo. E muito importante é que isso significou para Cuba um momento de reajuste, não só de processos bilaterais, mas também um reajuste interno em Cuba. [...] Um país com um conflito como esse, de repente estabelecemos contato com ele, de repente acordamos em restabelecer relações diplomáticas, estou falando de alguns meses, não? E vamos começar processo, esse é outro fenômeno, de normalização das relações. A segunda parte disso é: o que significa essa normalização? [...] isto está gerando um interesse maior e visitas que duram mais tempo, provenientes de pessoas de outras partes do mundo, que de repente se interessam por Cuba. [...] Olha, os Estados Unidos vão começar a fazer negócios com Cuba, temos que apurar, para consolidar o que temos antes que cheguem os americanos [...]. (MELLO, 2016)

Pode-se observar que os cubanos não estavam sabendo do processo de reaproximação entre os países, só o descobriram após pronunciamento oficial do presidente, anunciando tal decisão. Após o processo de reaproximação entre os países, é instalado em Havana uma embaixada estadunidense, e em Washington, uma cubana, o intuito sendo fomentar o turismo à ilha de modo a acelerar sua economia. Uma operadora de turismo de Nova York relatou um aumento de 250% nas reservas em março. Além do mais, houve discussão entre os países para criação de empresas a partir de pequenos negócios privados, que embora já contratem meio milhão de pessoas são reconhecidos pelo Estado como empreendimentos pessoais. Paralelamente ao anúncio, foram aprovadas pelo Senado americano quatro emendas para liberar o comércio agrícola entre os dois países e as visitas de americanos à ilha, limitadas a 12 categorias aprovadas pelo presidente Barack Obama.

Ademais, com as eleições para presidente nos Estados Unidos no começo de janeiro de 2016, houve a preocupação por parte do governo cubano em assinar ao menos metade dos acordos feitos com Obama, já que o candidato Donald Trump alertava que iria desfazer o acordo realizado por Barack. Portanto, com a eleição de Trump à presidência, as relações ficaram mais restritas, ficando estabelecido que viajantes americanos só poderão visitar Cuba como parte de grupos organizados e desde que comprovem que o objetivo da viagem não é turismo e se enquadra em uma das categorias permitidas, como atividades

educacionais ou de pesquisa. Também ficaram proibidas transações comerciais com empresas controladas por entidades militares ou serviços de segurança cubanos, o que, na prática, impede investimentos americanos em boa parte de setores como o de turismo. Em seu discurso, Trump disse que os lucros de investimento e turismo vão parar nas mãos dos militares do regime cubano, "que explora e abusa dos cidadãos". Com isto, o governo cubano sentiu o retrocesso do acordo e optou por privatizar o aeroporto para uma empresa francesa Aéroports de Paris (ADP) (DE OLHO..., 2016).

O governo cubano havia concedido licenças de exploração para empresas estrangeiras apenas no setor hoteleiro, o anúncio da privatização do aeroporto da capital é apenas o início de novas concessões para empresas estrangeiras na área de infraestrutura. A notícia mais recente é de que Cuba ofereceu-se para pagar dívida de R\$ 900 milhões com República Tcheca, débito que remonta à época da Guerra Fria, quando a então Tchecoslováquia fazia parte do bloco comunista.

Com a política exercida por Trump em relação a Cuba, os caminhos para o desenvolvimento da Ilha ficaram mais difíceis, bem como o processo de aproximação, de maneira a fortalecer-se uma campanha internacional contra o embargo dos Estados Unidos. O TheIntCom (na sigla em inglês) realiza anualmente a Jornada Contra o Bloqueio a Cuba. A atividade consiste em percorrer gabinetes de parlamentares estadunidenses, no Capitólio, levando a reivindicação de se levantar o bloqueio imposto pelo governo dos EUA contra Cuba há mais de 50 anos, considerando que a atribuição para suspender a injusta medida pertence atualmente ao legislativo daquele país (BRASIL NA JORNADA..., 2017).

Em 1 de novembro de 2017, houve uma assembleia geral na ONU para os países votarem sobre o caso cubano. A resolução sobre a suspensão do embargo foi aprovada por 191 Estados membros e teve o voto contrário dos Estados Unidos e Israel. Após a sessão, a embaixadora americana na ONU, Nikki Haley, se referiu à votação da Assembleia Geral como um "teatro político" impulsionado por Cuba:

Enquanto o povo cubano seguir privado dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, enquanto os lucros do comércio com Cuba apoiarem o regime ditatorial responsável de negar esses direitos, os EUA não terão medo do isolamento (ONU PEDE..., 2017).

Verifica-se, portanto, que o processo de reaproximação diplomática e econômica entre Cuba e Estados Unidos sofreu uma significativa desaceleração com a vitória eleitoral de Donald Trump. O que foi apresentado acima foram os resultados alcançados até aqui por nossa pesquisa, que continuará aprofundando a investigação dos efeitos, na sociedade cubana e internacional, dos primeiros movimentos de aproximação histórica promovidos por Raul Castro e Barack Obama. O desafio que se junta aos objetivos iniciais deste trabalho é acompanhar o quanto aqueles efeitos terão eficácia para se evitar o retrocesso, pela administração Trump, dos poucos resultados alcançados no final do período Obama.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Livros e artigos

AYERBE, L.F. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BURGIO, A. **Gramsci storico: una lettura dei "Quaderni del carcere"**. Bari: Ed. Laterza, 2003.

DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, F. (org.). **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 191-257.

- MELLO, de Michele. **Ilhados: Cuba e EUA, do Bloqueio à Reaproximação**. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmuli/handle/123456789/174052> Acesso em: 3 de nov. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicações e Expressão. Jornalismo (2016)
- DIAS, E.F. **Revolução passiva e modo de vida**. São Paulo: Sundermann, 2012.
- FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- GALASTRI, L. O. Social classes and subaltern groups: theoretical distinction and political application. **Capital & Class**, First published date: February-14-2017, DOI 10.1177/0309816817692122.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana, 4vol. Torino: Giulio Einaudi, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 4.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 2.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 3.
- KANUSSI, D.; MENA, J. **La revolución pasiva: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel**. Puebla: Ed. Un. Aut. Puebla, 1985.
- KEBIR, S. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. In: COUTINHO, C.N.; TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 147-156.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- PERICÁS, L.B. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Xamã, 2004.
- VIANNA, L. W. **A revolução passiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VOZA, P. Rivoluzione passiva. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (orgs.). **Dizionario gramsciano 1926-1937**. Roma: Carocci, 2009, pp. 724-728.

II. Imprensa e documentos oficiais

- BRASIL NA JORNADA mundial pelo fim do bloqueio a cuba. **Jornalistas Livres**. 13 set. 2017. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/2017/09/brasil-na-jornada-mundial-pelo-fim-do-bloqueio-cuba/>. Acesso em 22 set. 2017.
- CARTA do presidente cubano Raúl Castro Ruz ao presidente dos Estados Unidos; julho 1, 2015 <http://pt.granma.cu/cuba/2015-07-01/carta-do-presidente-cubano-raul-castro-ruz-ao-presidente-dos-estados-unidos>. Acesso em 13 dez. 2016.
- CELAC. DECLARACIÓN Especial sobre la necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero de los Estados Unidos de América contra Cuba. **Granma**, 26 enero 2017. Disponível em: <http://www.granma.cu/mundo/2017-01-26/declaracion-especial-sobre-la-necesidad-de-poner-fin-al-bloqueo-economico-comercial-y-financiero-de-los-estados-unidos-de-america-contra-cuba-26-01-2017-03-01-15>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- CUBA ESPERA assinar ao menos metade dos acordos com os EUA antes da posse de Trump. **Estadão**. 08 dez. 2016. Internacional. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/internacional/em-havana-reaproximacao-com-eua-ainda-e-pouco-sentida-3214.html>. Acesso em: 12 dez. 2016
- DE CUBA a Paris: Seis políticas de Obama que Trump reverteu. **BBC**. 17 jun. 2017. Internacional. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40311127> . Acesso em: 22 set. 2017
- DE OLHO no turismo, Cuba privatiza aeroportos. **Carta Capital**. 27 dez. 2016. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/de-olho-no-turismo-cuba-privatiza-aeroportos>. Acesso em: 22 set. 2017

EM HAVANA, reaproximação com EUA é pouco sentida. **Carta Capital**. 15 abr. 2015. Internacional. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/internacional/em-havana-reaproximacao-com-eua-ainda-e-pouco-sentida-3214.html>. Acesso em: 13 dez. 2016

ESTADOS UNIDOS e Cuba debatem reformas para pequenas empresas. **Estadão**. 12, dez. 2016. Internacional. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,estados-unidos-e-cuba-debatem-reformas-para-pequenas-empresas,10000058401>. Acesso em: 19 nov. 2016.

EUA E CUBA: fase mais difícil começa após reabertura de embaixadas. **El País**, 20 jul. 2015. Internacional. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/20/internacional/1437404314_185718.html. Acesso em: 19 nov. 2016.

ONU PEDE fim do embargo a Cuba; EUA e Israel votam contra. **G1**. 1 nov. 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/eua-e-israel-votam-contr-a-fim-embargo-a-cuba-na-onu.ghtml>. Acesso em 25 nov. 2017

